

**XXXI CONGRESSO NACIONAL
DO CONPEDI BRASÍLIA - DF**

**DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA
SOCIAL I**

**GUILHERME APARECIDO DA ROCHA
LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS
RAFAELA IANSEN MIRANDA SILVA**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:D597

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais, seguridade e previdência social [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Rafaela Iansen Miranda Silva, Livio Augusto de Carvalho Santos, Guilherme Aparecido da Rocha – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN:978-65-5274-011-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: UM OLHAR A PARTIR DA INOVAÇÃO E DAS NOVAS TECNOLOGIAS

2. Direitos sociais e seguridade. 3. Previdência social. XXXI Congresso Nacional do CONPEDI Brasília - DF (3: 2024: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXXI CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA - DF

DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL I

Apresentação

O XXXI Congresso Nacional do CONPEDI, realizado entre os dias 27 e 29 de novembro de 2024, na cidade de Brasília, teve como tema central: “um olhar a partir da inovação e das novas tecnologias”. Diante disso, atuais e de muito relevo foram as discussões em torno da temática durante todo o evento, bem como nos Grupos de Trabalho e durante as apresentações de pôsteres.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo “Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social”. Todos passaram previamente por, no mínimo, dupla avaliação cega por pares. Durante o evento, os trabalhos expostos foram novamente avaliados em dupla rodada, o que atesta a qualidade do conteúdo e promove ricas discussões sobre cada uma das pesquisas. Os resultados das pesquisas desenvolvidas (em diversas instituições do país) retratam parcela relevante dos estudos que têm sido produzidos na temática central do Grupo de Trabalho.

Importante destacar a qualidade dos trabalhos apresentados pelas pesquisadoras e pesquisadores, que engrandeceram esse encontro e trouxeram diversidade e pesquisas acadêmicas de amplo relevo.

Espera-se, então, que o leitor possa vivenciar parcela destas discussões por meio da leitura dos textos. Agradecemos a todos os pesquisadores, colaboradores e pessoas envolvidas nos

debates e organização do evento pela sua inestimável contribuição e desejamos uma proveitosa leitura!

Profa. Rafaela Iansen Miranda Silva

Prof. Dr. Livio Augusto de Carvalho Santos

Prof. Dr. Guilherme Aparecido da Rocha

O RACISMO INSTITUCIONAL NO PROCESSO DE ADOÇÃO BRASILIENSE E AS ALTERAÇÕES REALIZADAS PELA LEI Nº 13.509/2017

**Celina Vaz Corradi
Manuella Bertini Vanzetto**

Resumo

A pesquisa está destinada ao entendimento dos impactos causados pelo racismo institucional no processo de adoção em Brasília com um recorte temporal a partir da implementação da lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017, que estabeleceu novos critérios e prazos ao processo de adoção, além de priorizar a adoção de grupos de irmãos e crianças e adolescentes com deficiência, doença crônica ou com necessidades específicas de saúde. Sob esse prisma, nota-se que o direito público brasileiro é omissivo em relação a perfilização de crianças no processo adotivo, em que há uma preferência explícita por crianças cada vez mais novas, brancas, sem doenças, ou somente com doenças consideradas tratáveis. O que expressa a busca dos adotantes por um perfil de crianças minoritário no sistema, tornando a grande maioria inviabilizada a adoção. Nesse sentido, analisa-se o desafio da garantia do direito a família e a estabilidade para as crianças que não estão de acordo com os padrões étnicos raciais esperados pelos pretendentes à adoção e a negligência, quase proposital, do Governo brasileiro no desenvolvimento de políticas públicas referentes às necessidades dos jovens pardos e negros que não têm seus direitos reconhecidos. A metodologia de pesquisa utilizada no trabalho foi baseada no estudo quanti-qualitativo de casos práticos em conjunto com a realização de entrevistas a membros relevantes no processo de adoção em Brasília.

Palavras-chave: Racismo institucional, Adoção, Direito à família, Políticas públicas, Preferência adotiva, Impactos socioeconômicos

Referências

Conselho Nacional de Justiça, Relatórios Estatísticos Nacionais. Disponível em <https://painéis.analytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>

ESPÍNDOLA, Sandro Pitthan. Filho, qual é a sua raça?: Racismo institucional através do Cadastro Nacional de Adoção, Escola Nacional de Saúde Pública, 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/37675/ve_Sandro_Pitthan_ENSP_2019?sequence=2&isAllowed=y

DORNELA, Evelliza Santos. O direito humano e fundamental à adoção: A "devolução" de crianças adotadas à luz da doutrina da proteção integral, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, 2018

SILVA, Andreia Paula da. Pertencimento racial: a escolha da família no processo de adoção, Universidade Federal do Paraná ,2020

BRASIL. Lei nº 13.590, de novembro de 2017 Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113509.htm

Harder, Daniele. Estudo sobre as escolhas étnicas raciais nos processos de adoção. Universidade de Santo Amaro, Faculdade de Serviço Social, 2009

Steil, Flávia Cé. Perfil exigido por adotantes torna maioria das crianças "inelegível" à adoção. Jornal Comunicação, 2023. Disponível em Perfil exigido por adotantes torna maioria das crianças “inelegível” à adoção | (ufpr.br)